



## **NOTA DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA REDE QUILOMBAÇÃO DE DEZEMBRO/2020**

- **PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADOR JACQUES WAGNER QUE PRORROGA O AUXÍLIO EMERGENCIAL, como meio de evitar a tragédia econômica que se aproxima.**
- **CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL**
- **PELO APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO ANTIRRACISTA**

A Coordenação Nacional da Rede Quilombação reunida no dia 20 de dezembro fez um balanço da conjuntura política deste ano que torna pública ao movimento negro organizado e todos os movimentos sociais, lideranças políticas e militantes do campo progressista do Brasil.

1 - A pandemia do Coronavírus evidenciou as grandes disparidades sociais do Brasil. Expressou as veias abertas da periferia brasileira onde residem a esmagadora maioria de mulheres negras e homens negros e que, 32 anos após a promulgação da Constituição Cidadã, não vivenciou plenamente a democracia. A violência policial aumentou em torno de 27% neste período. A violência doméstica contra as mulheres cresceu 45%. Tudo isto em um cenário de desemprego recorde, de 14% da População Economicamente Ativa, o que significa 14,1 milhões de desempregados.

2 - A intensificação da desregulamentação do trabalho e a crise econômica levou a grande maioria de negras e negros para o trabalho informal - vendedores ambulantes, trabalhos em aplicativos, trabalho doméstico - no qual não trabalhar significa não receber. Com isto, esta população ficou impossibilitada de fazer o isolamento como prevenção. A necessidade obrigou-a a enfrentar o risco de contaminação, deslocando-se em transporte público lotado e ainda sendo responsabilizada pelo discurso oficial e midiático de “não respeitar o isolamento preventivo”. A narrativa dos meios de comunicação pretensamente de defesa da saúde era uma forma disfarçada de criminalização da pobreza.

3 - Enquanto isto, o governo Bolsonaro reforçava o seu discurso criminoso negacionista da ciência. Foi contra qualquer tipo de política assistencial em defesa do discurso neoliberal da sua equipe econômica e somente com a pressão social, o Congresso Nacional aprovou o auxílio emergencial de R\$600,00. Foi este benefício que atenuou temporariamente a situação calamitosa em que se encontra o país, com desemprego e subemprego recordes.

4 - Nas eleições municipais deste ano, o campo progressista saiu derrotado. Em parte, esta derrota é em função da reforma política implantada durante o golpe de 2016 que instituiu cláusula de barreira e a proibição de coligações para os cargos proporcionais facilitando a divisão dos partidos do campo progressista. Além disso, o tempo de campanha foi encurtado e com atividades de rua limitadas devido a pandemia. O grau de miserabilidade facilitou também o coronelismo dos detentores das máquinas eleitorais que usaram o poder econômico para proporcionar a contratação de cabos eleitorais e o uso de expedientes ilícitos na campanha. Por isto, entendemos que a derrota do campo progressista nestas eleições é fruto da continuidade do processo do golpe de 2016 que tem como objetivo alterar as estruturas institucionais do Estado brasileiro para consolidar de vez uma restrição aos direitos democráticos, e adequar o país à ordem imposta pelo capital transnacional.

5 - Estamos às vésperas de uma tragédia social. Pesquisa do Instituto Datafolha aponta que 75% dos beneficiários do auxílio emergencial reduziram a compra de alimentos, 65% cortaram despesas com remédios, 57% diminuíram o consumo de água, luz e gás e 55% deixaram de pagar as contas da casa por causa da redução do valor do benefício de R\$ 600 para R\$ 300. Mais da metade dos beneficiários também reduziu os gastos com transporte

(52%) e/ou parou de pagar escola ou faculdade (51%). Cerca de 17 milhões de pessoas viverão abaixo da linha de pobreza a partir de janeiro com o fim do auxílio emergencial decretado por Bolsonaro.

6 - A resposta que a extrema-direita tem para esta tragédia anunciada é intensificar a destruição da máquina pública, privatizando tudo, acabando com os equipamentos sociais e implantando um Estado policialesco, defendendo a redução da maioria penal para 14 anos, incentivando o armamento da população, defendendo a violência policial. Tragédias como aconteceu com as meninas Emilly Vitória, de 4 anos, e Rebecca Beatriz, de 6 anos, assassinadas na porta da sua casa por policiais no Rio de Janeiro, são o resultado desta política. O racismo praticado pelos seguranças da loja do Carrefour em Porto Alegre que vitimou João Alberto está no DNA deste governo. A proposta é clara: um Estado policialesco centrado no discurso racista e machista disseminado pelos seus agentes e apoiadores como forma de conter a população negra que é a principal atingida pelo desmonte do Estado. Ao mesmo tempo, outro setor da direita supostamente de oposição critica as perspectivas fascistas do governo Bolsonaro mas quer manter a mesma política de desmonte do Estado.

7 - De imediato, é preciso apresentar uma resposta para a tragédia social que se anuncia já para o início de 2021. A miséria vai intensificar com o fim do auxílio emergencial. É a população preta da periferia que vai sofrer isto. Assim, a Rede Quilombação considera essencial o movimento negro e o movimento social iniciar uma GRANDE CAMPANHA PELA APROVAÇÃO DO [PROJETO DE LEI 2133/2020 DE AUTORIA DO SENADOR JACQUES WAGNER \(PT/BA\)](#) que **prorroga o auxílio emergencial por mais três meses com possibilidade de ampliação por mais tempo a partir de ato do Poder Executivo durante a vigência da calamidade pública**. Entendemos que de imediato este é o instrumento que temos para minimizar o sofrimento imposto ao povo negro pobre e em situação de miserabilidade. É preciso fazer pressão no Congresso Nacional para a aprovação deste projeto o mais rápido possível.

8 - Também é necessário enfrentar os retrocessos que estão sendo propostos pelo governo Bolsonaro, como a tentativa da redução da maioria penal de 18 para 14 anos prevista pela Proposta de Emenda Constitucional 32/2019 e que recebeu parecer favorável da Secretaria Nacional de Juventude, vinculado ao Ministério da Família e dos Direitos Humanos. Importante destacar que este parecer foi feito a revelia de qualquer discussão no Conselho Nacional da Juventude.

9- Finalmente, importante avançarmos na legislação antirracista. A constituição da Frente Parlamentar Antirracismo no Congresso e a comissão especial de juristas para propor aperfeiçoamento na legislação antirracista são espaços importantes conquistados pelo movimento negro. É fundamental que o movimento negro aproveite estes espaços para que os mecanismos institucionais e normativos de combate ao racismo sejam fortalecidos.

10 - A Rede Quilombação desde março deste ano defendeu a necessidade do movimento negro e os movimentos sociais lutarem por políticas de atenção à periferia. Fomos a entidade que mais insistiu neste ponto, apresentando, junto com a Frente Favela Brasil e a Nova Frente Negra Brasileira, a proposta do [PLANO EMERGENCIAL PARA AS PERIFERIAS](#), debatendo a proposta com intelectuais e ativistas como Pâmela Carvalho, da Redes da Maré, e Ladislao Dowbor, professor da PUC-SP. Esta proposta foi incorporada no programa de vários candidatos nas eleições municipais deste ano.

11 - Para a Rede Quilombação, a saída é pela POLÍTICA com “P” maiúsculo. A política construída a partir do protagonismo dos movimentos sociais, pela ampliação da democracia em todos os aspectos e não apenas pelos procedimentos eleitorais, pela defesa da vida digna da população negra e periférica. Algumas campanhas eleitorais municipais demonstraram a viabilidade desta saída, como a realizada especialmente no segundo turno em São Paulo (com Guilherme Boulos), Porto Alegre (Manoela Dávila), Belém (Edmilson Rodrigues) no qual foi viabilizada uma frente progressista não só com partidos deste campo, mas também com movimentos sociais organizados. Estas campanhas, independentemente dos resultados, demonstraram a viabilidade de construção de frentes progressistas a partir de programas baseados na inversão de prioridades e no compromisso com o povo. É preciso desde já fortalecer uma ampla articulação do movimento negro, movimentos sociais e partidos progressistas contra o neoliberalismo fascista e em defesa da vida digna do povo.